

01	02	03	04	05	06	07	08	09
C	C	B	B	B	C	C	C	D
10	11	12	13	14	15	16	17	
A	C	A	A	B	B	C	A	
18	19	20	21	22	23	24	25	
D	A	D	D	NULA	B	B	B	

Atenção: os pontos da questão 22 foram atribuídos a todos os candidatos.

01) João é estagiário de Direito. É vedado a João praticar isoladamente - isto é, sem atuar em conjunto com o advogado ou o defensor público que o supervisiona - o seguinte ato, nos termos do art. 29 do Regulamento Geral da OAB:

- a) assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais.
- b) obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças de processos em curso.
- c) comparecer à prática de atos extrajudiciais, sem autorização ou substabelecimento do advogado.
- d) retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.

02) Considerando que nos termos dispostos no art. 133 da Constituição do Brasil, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo até mesmo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, é correto afirmar que:

- a) a imunidade profissional não pode sofrer restrições de qualquer natureza.
- b) nenhuma demanda judicial, qualquer que seja o órgão do Poder Judiciário pelo qual tramite, independentemente de sua natureza, objeto e partes envolvidas, pode receber a prestação jurisdicional se não houver atuação de advogado.
- c) a inviolabilidade do escritório ou local de trabalho é assegurada nos termos da lei, não sendo vedadas, contudo, a busca e a apreensão judicialmente decretadas, por decisão motivada, desde que realizada na presença de representante da OAB, salvo se esta, devidamente notificada ou solicitada, não proceder à indicação.
- d) a prisão do advogado, por motivo de exercício da profissão, somente poderá ocorrer em flagrante, mesmo em caso de crime afiançável.

03) Quanto às fontes do direito é CORRETO afirmar:

- a) Lei é a norma de conduta que disciplina relações de fato e cuja observância é imposta informalmente, restringindo o campo de liberdade do cidadão.
- b) Princípios gerais do direito são, ao mesmo tempo, proposições de caráter geral que englobam implicitamente um conjunto de normas e cânones que orientam a produção dos efeitos das normas quanto diretrizes para colmatação de lacunas no sistema.
- c) Doutrina é o conjunto organizado de pesquisas, perguntas e respostas providas durante a atividade jurisdicional.
- d) Costume é a norma de conduta aceita e obedecida habitualmente, mediante formalidades estritas: prática constante e reiterada no tempo, com crença na institucionalidade da conduta.

04) Marcos é casado com Estefani e tem dois filhos, Vinicius e Clara, maiores e capazes. Marcos, que tem os pais ainda vivos, desaparece de seu domicílio, sem deixar notícias ou procurador. Marcos estava separado de fato de Estefani há um ano e mantinha um relacionamento casual com Simone. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) A curadoria dos bens de Marcos só poderá ser feita um ano após seu desaparecimento sem que dele se tenha notícias.
- b) Estefani será a legítima curadora de Marcos.
- c) Os pais de Marcos serão seus curadores, já que ele está separado de fato de seu cônjuge.
- d) Vinicius ou Clara deverão ser nomeados curadores, já que Marcos está separado de fato e, na falta do cônjuge, a curadoria caberá primeiramente aos descendentes.

05) Júlia, 22 anos, com espectro autista, tem, em razão de sua deficiência, impedimento de longo prazo de natureza mental que pode, em algumas atividades cotidianas, obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Júlia, apaixonou-se por Rodrigo, 19 anos, também com espectro autista, com quem quer se casar. Mas Rita, mãe de Júlia, temendo que Júlia não tenha o discernimento adequado para tomar as decisões certas em sua vida, e no intuito de proteger o melhor interesse de sua filha, impede o casamento. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) Júlia é relativamente incapaz e, assim o sendo, precisará de anuência de sua mãe, Rita, para celebrar o ato, em prol da proteção de sua dignidade.
- b) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa para casar-se, de modo que Rita não poderá impedir o casamento de Júlia.
- c) Júlia é plenamente capaz em razão de sua idade, mas, em razão da deficiência que a acomete, deverá confirmar sua vontade com o curador que deverá ser instituído.
- d) Rita, ainda que esteja atuando no melhor interesse de Júlia, na qualidade de mãe, não pode impedir o casamento podendo, contudo, impor à Júlia, sua curatela.

06) Felipe, médico, realizou uma cirurgia em Marcia, que ficou com sequelas. Maiara é dona de um cachorro, que fugiu e atacou um ciclista na rua. Carlos é pai de Enzo, atualmente com dezesseis anos, que se envolveu em uma briga com um colega e acabou quebrando o braço do rapaz. Samuel, motorista, bateu um dos carros de João, seu empregador, ao acertar a traseira de um outro veículo. Quanto à responsabilidade civil, é correto afirmar:

- a) A responsabilidade de Felipe, Maiara, Carlos e João é objetiva, sendo todos responsáveis pelos danos causados, independente de comprovação de culpa.
- b) Carlos e João têm ação regressiva contra os causadores dos danos.
- c) A responsabilidade de João é objetiva, mas a responsabilidade de Samuel é subjetiva.
- d) Maiara não responderá pelos danos causados, pois seu cachorro fugiu, não havendo mais responsabilidade de sua parte pelos danos causados.

07) Mauro e Ivan firmaram contrato de compra e venda de um imóvel, no valor de cem salários-mínimos, fazendo-o mediante escritura pública. No momento em que o contrato foi firmado, o imóvel não pertencia a Mauro, vendedor, estando em condomínio com seus irmãos. Isso porque o bem pertencia a seu pai falecido, mas Mauro já havia combinado com seus irmãos de comprar a quota deles referente ao imóvel e ser o único proprietário. Mauro explicou a situação a Ivan, que nada disse sobre assunto. Sobre os negócios jurídicos, é correto afirmar que:

- a) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a sessenta vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- b) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico.
- c) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- d) O silêncio não importa anuência, mesmo quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

08) José, mediante negócio jurídico, se obrigou a entregar duas vacas a Zelma, ajustando o preço e o lugar da entrega. Contudo, antes da tradição, José descobriu que uma das vacas estava prenhe. José entrou em contato com Zelma, exigindo aumento no preço, tendo em vista o acréscimo ocorrido. Diante do caso hipotético, assinale a alternativa correta:

- a) José não poderá exigir aumento no preço, pois o negócio jurídico já havia sido concluído, não sendo necessária a tradição para confirmação do negócio.
- b) Os frutos percebidos e pendentes pertencem ao credor, portanto, José não poderá exigir aumento no preço.
- c) Até a tradição as vacas pertencem a José, assim, este poderá exigir aumento no preço. Ainda, em caso de recusa de Zelma, poderá José resolver a obrigação.
- d) Os frutos percebidos e pendentes pertencem ao devedor, assim, se a vaca ficasse prenhe após a tradição, o filhote pertenceria a José.

09) Otávio comprou um carro de Teresa por R\$ 15.000,00, devendo pagar esse valor em dinheiro, no domicílio de Teresa. Alguns meses antes, Teresa pegou um valor emprestado com Otávio, para pagar uma dívida de R\$ 6.000,00, valor a ser pago no domicílio de Otávio. Sobre a alternativa, é correto afirmar que:

- a) As dívidas de Teresa e Otávio não podem ser compensadas, pois não houve previsão expressa das partes.
- b) Teresa, notificada, ao nada opor à cessão que Otávio faz a Pedro, pode posteriormente opor contra este a compensação, que antes da cessão teria podido opor em face de Otávio.
- c) Não poderá haver compensação, dado a diferença de causas na dívida.
- d) Como as duas dívidas não são pagáveis no mesmo lugar, não se podem compensar sem dedução das despesas necessárias à operação.

10) Carlos e Pedro firmaram contrato de compra e venda, no qual este adquiriu um imóvel localizado no Rio de Janeiro. Alguns meses após a entrega do imóvel, Pedro deixou de cumprir com o pagamento das parcelas. Com base no caso, assinale a alternativa correta:

- a) A resolução do contrato tem efeito retroativo e caso ocorra por inadimplemento de uma das partes, esta responderá não só pela restituição das partes ao status quo, mas também as eventuais perdas e danos.
- b) A rescisão unilateral, chamada de distrato, deverá ser feita da mesma forma exigida para o contrato.
- c) A exceção de contrato não cumprido, significa que ambos os contratantes podem exigir o cumprimento da obrigação do outro, mesmo antes de cumprida sua parte.
- d) Em caso de onerosidade excessiva, resta à parte lesada apenas a resolução do contrato.

11) Ana Clara, de apenas sete anos, ao ingerir parcialmente um iogurte da marca “Mais Sabor Ltda”, se deparou com um inseto no interior da embalagem do produto. A mãe da menina entrou em contato com a fabricante, contudo a única resposta que obteve é que esse era um fato isolado e que não havia nenhum problema, uma vez que Ana Clara, apesar de ter bebido o iogurte, não chegou a ingerir o inseto. Diante dessa situação, assinale a opção correta à luz das normas que regem as relações de consumo bem como o entendimento jurisprudencial.

- a) Ana Clara por ser menor de idade não é considerada consumidora, portanto, não é possível pleitear em juízo qualquer reparação.
- b) Ana Clara não foi exposta a um risco concreto de lesão à sua saúde e segurança, visto que não ocorreu a ingestão do inseto presente no produto alimentício, portanto não fará jus a qualquer indenização.
- c) Ana Clara foi exposta a um risco concreto de lesão à sua saúde e segurança, ainda que não tenha ocorrido a ingestão do inseto presente no produto alimentício, portanto fará jus a compensação por dano moral.
- d) Ana Clara foi exposta a um risco concreto de lesão à sua saúde e segurança, ainda que não tenha ocorrido a ingestão do inseto presente no produto alimentício, portanto somente fará jus a compensação por dano material.

12) Lucas foi citado para apresentar defesa em ação de indenização por danos materiais, em razão de acidente de veículo. Contudo, o proprietário e condutor do veículo que causou o acidente era Cláudio, seu primo, com quem Lucas havia pego uma carona. Lucas, em contestação, deverá:

- a) requerer a alteração do sujeito passivo, indicando Cláudio como réu.
- b) requerer que Cláudio seja admitido na condição de assistente litisconsorcial.
- c) denunciar Cláudio à lide.
- d) requerer o chamamento de Cláudio ao processo.

13) Maria comprou um apartamento da empresa Moradia S/A e constatou, logo após sua mudança, que havia algumas infiltrações e problemas nas instalações elétricas. Maria consultou seu advogado, que sugeriu o ajuizamento de ação de produção antecipada de prova, com o objetivo de realizar uma perícia no imóvel, inclusive com o objetivo de decidir se ajuizaria, posteriormente, ação para reparação dos prejuízos. Diante desse contexto, assinale a afirmativa correta:

- a) A produção antecipada de provas é cabível, porque visa a obter prévio conhecimento dos fatos e da situação do imóvel, para justificar ou evitar o ajuizamento de ação de reparação dos prejuízos.
- b) A produção antecipada de provas é obrigatória, uma vez que Maria não poderia ingressar diretamente com ação para reparação dos prejuízos.
- c) A produção antecipada de provas é incabível, porque apenas pode ser ajuizada quando há urgência ou risco de que a verificação dos fatos venha a se tornar impossível posteriormente, o que não foi demonstrado na hipótese concreta.
- d) A produção antecipada de provas é incabível, vez que o seu ajuizamento apenas pode ocorrer mediante pedido conjunto de Maria e da empresa Moradia S/A.

14) Ivan Marques ajuizou ação de cobrança contra Cristiano Rodrigues. O réu, na sua peça de defesa, alegou a prescrição e que já havia efetuado o pagamento do montante devido. Em sentença, o juízo acolheu a prescrição e, em face disso, não examinou a outra tese defensiva do réu. Na hipótese de o tribunal, em sede de recurso, reconhecer que a dívida não estava prescrita:

- a) poderá acolher a outra tese de defesa não apreciada pelo juízo a quo. Para tanto, o réu deverá interpor incidente de assunção de competência.
- b) poderá acolher a tese do pagamento trazida pelo réu e não apreciada pelo juízo a quo, caso se trate de causa madura.
- c) deverá anular o processo e remeter os autos para juízo a quo para exame da outra tese defensiva, sob pena de supressão de instância.
- d) não poderá acolher a tese do pagamento, dada a adstrição do tribunal à matéria recorrida.

15) Em uma ação de cobrança, baseada em título extrajudicial, movida por Priscila Ferreira contra Paulo Sousa, o juízo, em decisão fundamentada, decidiu pela inversão do ônus da prova, uma vez que verificou a maior facilidade de obtenção de prova por parte de Paulo Sousa. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não precisará dar à Paulo a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído, uma vez que a decisão de inversão do ônus da prova foi devidamente fundamentada.
- b) A inversão do ônus da prova pode ocorrer por convenção entre Paulo e Priscila, exceto em caso de direito indisponível ou caso se torne excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.
- c) Eventual negócio jurídico entre Paulo e Priscila com redistribuição do ônus da prova apenas poderá ser celebrada antes do processo.
- d) Da decisão do juízo pela inversão do ônus da prova, Paulo não poderá recorrer por falta de previsão legal.

16) Marcos foi preso em flagrante pela suposta prática de roubo no dia 05/12/2019. No dia seguinte, sem que fosse realizada audiência de custódia, o juiz competente decretou sua prisão preventiva. Até a presente data não foi oferecida denúncia pelo Ministério Público ou apresentado Relatório Final pela autoridade Policial. Irresignado com essa situação, a esposa de Marcos consulta você, advogado, em busca de auxílio. Com base no Pacto San José da Costa Rica e na sua Regulamentação pelo Conselho Nacional de Justiça, assinale a opção que indica o esclarecimento correto que você, como advogado, forneceu à esposa de Marcos.

- a) Não houve violação ao Pacto San José da Costa Rica, pois segundo o Pacto a audiência de custódia poderá ser realizada em até 30 dias da data da prisão.
- b) Não houve violação ao Pacto San Jose da Costa Rica, uma vez que esse tratado não menciona o direito à realização de audiência de custódia.
- c) Houve violação do Pacto San Jose da Costa Rica, sendo que, segundo o disposto em Resolução do CNJ, Marcos deveria ter sido apresentado ao juiz competente em 24 horas.
- d) Não houve violação ao Pacto San Jose da Costa Rica, pois foi decretada sua prisão preventiva.

17) Joaquim, pretendendo matar a própria esposa, arma-se com um revólver e fica aguardando a saída dela da academia de ginástica. Ocorre que por erro no disparo atinge e mata pessoa diversa que passava pelo local naquele momento, sem atingir a esposa. Neste caso, Joaquim:

- a) responderá por homicídio doloso, agravado pelo fato de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, “e”, do Código Penal).
- b) responderá por homicídio doloso, mas sem a incidência da agravante de ter sido o crime cometido contra cônjuge (art. 61, II, “e”, do Código Penal).
- c) não responderá por crime algum.
- d) responderá por tentativa de homicídio e homicídio culposo em concurso.

18) Um Delegado de Polícia, ao tomar conhecimento de um furto de capinha de celular em uma grande loja de departamento, determina, de ofício, a instauração de inquérito policial. Após adotar diligência, verifica que, na realidade, a conduta investigada era atípica pelo princípio da insignificância. O indiciado, então, pretende o arquivamento do inquérito e procura seu advogado para esclarecimentos, informando que deseja que o inquérito seja imediatamente arquivado, pois não é justo ser investigado por fato que não possui tipicidade. Considerando as informações narradas, o advogado deverá esclarecer que a autoridade policial:

- a) deverá arquivar imediatamente o inquérito, fazendo a decisão de arquivamento por atipicidade coisa julgada material.
- b) não poderá arquivar imediatamente o inquérito, mas deverá encaminhar relatório final ao Poder Judiciário para arquivamento direto e imediato por parte do magistrado.
- c) deverá elaborar relatório final de inquérito e, após o arquivamento, poderá proceder a novos atos de investigação, independentemente da existência de provas novas.
- d) poderá elaborar relatório conclusivo, mas a promoção de arquivamento caberá ao Ministério Público, havendo coisa julgada em caso de homologação do arquivamento pelo magistrado por atipicidade.

19) Paulo e Ricardo, primários, entram em um supermercado e, em conluio, subtraem 05 caixas de lâminas “refil” de aparelho de barbear, avaliadas em R\$ 49,00 cada uma, totalizando um prejuízo de R\$ 245,00. Ao saírem, deixam cair no chão um dos produtos subtraídos. O segurança percebe, então, a ação criminosa e os persegue, conseguindo capturar Paulo e recuperar toda a *res furtiva*, embora Ricardo tenha conseguido fugir. Assim:

- a) Paulo e Ricardo devem responder pelo crime de furto qualificado consumado, com aplicação do privilégio previsto no art. 155, §2º do CP.
- b) Paulo e Ricardo devem responder pelo crime de furto qualificado tentado, com aplicação do privilégio previsto no art. 155, §2º do CP.
- c) Paulo e Ricardo devem responder pelo crime de furto qualificado consumado, mas não será possível a aplicação do privilégio previsto no art. 155, §2º do CP, por se tratar de furto qualificado.
- d) Paulo e Ricardo devem responder pelo crime de furto qualificado tentado, mas não será possível a aplicação do privilégio previsto no art. 155, §2º do CP, por se tratar de furto qualificado.

20) Para ser considerado hipossuficiente econômico nos termos da Lei 1060/50, deverá a parte:

- a) comprovar na petição inicial que percebe salário igual ou menor que o dobro do mínimo legal.
- b) afirmar na petição inicial que não possui vínculo empregatício formal, de qualquer natureza.
- c) comprovar na petição inicial que é isento do imposto de renda.
- d) afirmar na petição inicial que não tem condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

21) A gratuidade de justiça:

- a) não pode ser deferida em favor de pessoa jurídica.
- b) afasta o dever de o beneficiário pagar as multas processuais que lhe sejam impostas;
- c) não compreende o depósito de cinco por cento do valor da causa, na ação rescisória;
- d) pode abarcar um, alguns ou todos os atos, ou consistir na redução percentual das despesas a cargo do beneficiário.



22) Tício é beneficiário da gratuidade de justiça, nos termos da Lei n.º 1.060/50. Tendo sido condenado a pagar determinada quantia ao autor e estando o processo a iniciar sua fase de cumprimento de sentença, Tício invocou o princípio da dignidade da pessoa humana (CF, Art. 1.º, III) e postulou fosse suspenso o feito diante da hipossuficiência declarada. Nesse caso, pode-se afirmar que:

a) a falta de condições econômicas para arcar com os custos processuais faz presumir a insolvabilidade do réu, devendo ficar arquivado o processo até que o credor indique bens suficientes à satisfação da obrigação.

b) a Lei de Assistência Judiciária não permite a suspensão do cumprimento da sentença quanto aos valores da condenação, todavia quanto às custas e honorários de sucumbência a ação pode ser suspensa por cinco anos, findos os quais, o débito será considerado prescrito.

c) a Lei de Assistência Judiciária não permite a suspensão do cumprimento da sentença quanto aos valores da condenação, todavia quanto às custas e honorários de sucumbência a ação pode ser suspensa por cinco anos, findos os quais, o débito será considerado prescrito.

d) a Lei de Assistência Judiciária não permite a suspensão do cumprimento da sentença quanto aos valores da condenação, todavia quanto às custas e honorários de sucumbência a ação deve ser suspensa pelo mesmo prazo de prescrição de que trata o direito tutelado, findo o qual, a dívida será considerada prescrita.

23) No que se refere à assistência jurídica, hipossuficiência e justiça gratuita, assinale a opção correta:

a) Os benefícios da gratuidade de justiça somente são concedidos aos representados pela DP em juízo.

b) Entre os benefícios da justiça gratuita não se inclui a isenção do pagamento das multas processuais.

c) A gratuidade judiciária deve ser pleiteada na petição inicial, razão por que tal benefício somente pode ser concedido no início da causa.

d) A concessão do benefício da justiça gratuita impossibilita posteriormente a condenação da parte beneficiária ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

24) A respeito da gratuidade da justiça para brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, assinale a opção correta.

- a) engloba as taxas judiciárias, os selos, os emolumentos e custas devidos aos Juízes e serventuários da justiça, excluídos os devidos a órgãos do Ministério Público;
- b) compreende as despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade;
- c) abrange os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa, excluídos os honorários dos peritos;
- d) inclui os honorários advocatícios e as custas processuais, excluídas as despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;

25) Rodrigo Martins move uma ação contra Priscila Ferreira pleiteando indenização por quebra contratual. Na petição inicial, Rodrigo requer a gratuidade de justiça, sob alegação de hipossuficiência e de não possuir condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. Ao efetuar a admissibilidade da demanda o juízo concede o requerimento. Em preliminar de contestação, Priscila insurge-se contra o benefício concedido. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Rodrigo Martins incorreu em vício de natureza processual ao não requerer o benefício em petição autônoma, instruída com os documentos que comprovem a insuficiência de recursos.
- b) se o juízo revogar a concessão do benefício, Rodrigo poderá agravar de instrumento no prazo de 15 dias úteis.
- c) o benefício concedido compreende multas impostas ao beneficiário em razão do cometimento de atos caracterizadores de litigância de má-fé.
- d) a concessão do benefício isenta Rodrigo da obrigação de pagar os honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

#	NOME	NOTA PROVA - X	QUESTAO 22 - ANULADA	NOTA PROVA - X ²
AC01	Alexandre Claret Valadão	96	4	100
AC02	Álvaro Antônio Lage Barbosa	96	4	100
AC03	Ana Luiza Rezende Guimarães	96	4	100
AC04	Carolina Correa Ribeiro	56	4	60
AC05	Clara Guimarães Pinto	72	4	76
AC06	Giordanna Gonçalves Brito Santos	88	4	92
AC07	Guilherme Expedito de Andrade	92	4	96
AC08	Gustavo Santos Nunes Vieira	80	4	84
AC09	Henrique Gonçalves Rodrigues	84	4	88
AC10	Iago Gabriel Tenorio	92	4	96
AC11	Isabella Chaves Rodrigues	84	4	88
AC12	Israel Soares Dias	92	4	96
AC13	João Victor dos Reis Leandro	96	4	100
AC14	Laura Feres Garcia Cardoso	0	0	0
AC15	Lucas Perry Resende	76	4	80
AC16	Lucca Bona Paolucci	88	4	92
AC17	Marcus Afonso Araujo Junior	96	4	100
AC18	Mariana Batista de Aquino	0	0	0
AC19	Mariana Silva e Mendes	56	4	60
AC20	Matheus da Silva de Paula Freitas	92	4	96
AC21	Nicolas Pereira Drumond	96	4	100
AC22	Pedro Gabriel PEreira Dias			
AC23	Pedro Lacerda Garcia Pereira	92	4	96
AC24	Sandro Antônio Ribeiro	84	4	88
AC25	Sarah Cordeiro Gonçalves	80	4	84
AC26	Saulo Gomes Monteiro	84	4	88
AC27	Theodora de Freitas Domingues	92	4	96
CE01	Iuri Ferreira Pimenta	88	4	92
CE02	Luiz Guilherme Almeida Costa	96	4	100
CE03	Nathália Correia Santos	80	4	84
CE04	Rodrigo Leonardo Vítor Xavier	88	4	92
CE05	Talita Borges Barbosa	72	4	76
CE06	Vitor Hugo Miranda de Assis	84	4	88
PD01	Fernanda Reis Rodrigues	96	4	100
PD02	Lorrayne Esther Honorato de Paula	88	4	92
PD03	Moisés Gomes Rocha			